

A EXPERIÊNCIA DO DESEMPREGO E RELAÇÕES DE GÊNERO NA CATEGORIA METALÚRGICA DE CAMPINAS

THE EXPERIENCE OF UNEMPLOYMENT AND GENDER RELATIONS AMONG WORKERS OF THE METALLURGICAL SECTOR IN CAMPINAS

Verônica Clemente Ferreira

Universidade Federal de Goiás

Angela Maria Carneiro Araújo

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O desemprego afeta profundamente as condições de sobrevivência, as relações familiares e os projetos pessoais dos indivíduos. A percepção do desemprego é, no entanto, diferente para mulheres e homens, relacionando-se às formas de socialização diferenciadas e às imagens socialmente construídas sobre o que é socialmente adequado para as mulheres e para os homens. Tal percepção sofre influência da importância atribuída ao trabalho doméstico e ao trabalho extradoméstico na vida de cada um (a) e é também matizada pelas transformações sociais que alteram as imagens sociais femininas e masculinas. O objetivo deste artigo é refletir a respeito das percepções de homens e mulheres sobre o desemprego e sobre as implicações deste nas suas trajetórias pessoais. Escolhemos investigar, dentro da perspectiva das relações de gênero, a experiência do desemprego entre indivíduos de uma categoria profissional majoritariamente masculina: a categoria metalúrgica. Nossas indagações dizem respeito ao modo como o desemprego impacta sobre a trajetória de vida, as relações familiares e os modelos ideais de comportamento das mulheres e, principalmente, dos homens da categoria.

Palavras-chave: gênero, trabalho, desemprego, metalúrgicos.

Abstract

Unemployment sorely affects living conditions, familiar relations and personal projects of people. Nevertheless, the perception of unemployment is distinct for women and men, with regard to forms of socialization that are based on gendered images of what is appropriate for each. Thus, such perception is influenced by the importance given to housework (reproductive) and paid (productive) work in the life of each person and is also qualified by transformations on male's and female's social images. The purpose of this article is to think about the perception of men and women on unemployment, as well as its impact

into their life and employment trajectories. We aim to investigate, under the perspective of gender relations, the experience of unemployment among workers in a manufacturing sector predominantly male: the metalworking industry. We seek to understand how unemployment affects life stories, familiar relations and “ideal roles” of women, but—especially, of men, in this industry.

Keywords: gender, unemployment, work, metal workers.

Introdução

O desemprego é um fenômeno socialmente construído e subjetivamente vivido. A construção social do desemprego em cada sociedade se faz sob a influência dos confrontos entre seus atores coletivos (Estado, empresariado, movimentos de trabalhadores e trabalhadoras, famílias, redes de ajuda mútua), das suas instituições de regulação do mercado de trabalho e de suas políticas de amparo às pessoas que perdem o emprego. Mas o desemprego é também subjetivamente vivenciado porque seu significado é construído por cada trabalhador ou trabalhadora no decorrer de suas experiências, não havendo uma única forma de perceber e reagir ao fato de ser alijado dos meios para seu sustento material e para sua inserção social (Demazière, 1995; Guimarães, 2009).

Este artigo apresenta alguns dos resultados da etapa qualitativa de nossa pesquisa de doutorado¹, realizada no ano de 2011, na qual analisamos as percepções de trabalhadores e trabalhadoras da categoria metalúrgica da região de Campinas sobre o desemprego e as relações de gênero². Nosso objetivo, ao desenvolvermos a pesquisa de campo, foi entender os vários aspectos da experiência subjetiva do desemprego.

Entrevistamos 46 pessoas (10 metalúrgicas e 36 metalúrgicos) recém-demitidas e em busca de emprego³, quando faziam a homologação da demissão no sindicato que representa a categoria⁴. Cabe destacar que esse constitui um momento

1 Defendida em 2014, na Universidade Estadual de Campinas, a tese intitula-se *Desemprego e relações de gênero: trajetórias ocupacionais e a experiência da perda do emprego entre mulheres e homens da categoria metalúrgica em Campinas (2002-2012)*.

2 Delimitamos como campo de estudos os municípios da base do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região: Americana, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Nova Odessa, Sumaré, Monte Mor, Paulínia e Valinhos.

3 Durante a pesquisa de campo não conseguimos entrevistar metalúrgicos/as desempregados/as há mais tempo. Assim, não pudemos captar as percepções – sobre o desemprego, sobre a procura de trabalho e sobre as relações familiares – de indivíduos que estavam fora do mercado de trabalho, o que certamente nos traria um panorama mais amplo sobre a questão.

4 Para a realização das entrevistas, foi fundamental a colaboração da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (particularmente Eliezer Mariano da Cunha), que me autorizou a entrevistar os/as trabalhadores/as nas dependências do Sindicato e conversou com funcionários do departamento de homologações e me apresentou aos/as trabalhadores/as presentes.

privilegiado para apreender suas percepções subjetivas, pois a demissão inicia o período de desemprego e, nesse instante, os/as trabalhadores/as metalúrgicos/as repensam suas trajetórias. Seus relatos⁵ trouxeram, juntamente com essas reflexões, a memória de suas trajetórias profissionais e dos períodos anteriores de desemprego. Esses relatos também nos permitiram compreender a posição de cada um e cada uma em seu núcleo familiar e, conseqüentemente, nos forneceram elementos para analisar suas percepções sobre as relações de gênero e o impacto do desemprego em suas condições de vida.

Apresentaremos neste artigo as falas de apenas algumas das pessoas que entrevistamos. A escolha foi guiada pela riqueza de suas percepções e trajetórias e porque seus depoimentos reúnem características comuns a uma parcela significativa dos entrevistados. Jair foi selecionado por representar os homens casados e chefes de família, além de apresentar, em seu discurso, os principais traços da forma de masculinidade que ainda se mostra hegemônica entre os metalúrgicos e as metalúrgicas entrevistados/as. James e Thiago são representativos do processo de deslocamento do ideal hegemônico rígido de masculinidade em direção a um padrão mais flexível (processo influenciado tanto pela inserção das mulheres no mercado de trabalho quanto pelas mudanças nas formas de gestão do trabalho nas empresas). Ambos também apresentam características bastante típicas do conjunto dos homens da categoria – são escolarizados e investem intensamente na própria qualificação –, e suas percepções sobre o trabalho e sobre o desemprego são indicativas das visões de mundo do contingente entrevistado. Entre as mulheres, Lígia e Elisa representam duas variantes – e, de certa forma, dois polos extremos – do feminino na categoria: enquanto Elisa é casada, Lígia é chefe de família e cria, sozinha, seus dois filhos. Ambas nos permitem discutir o deslocamento do modelo ideal que serve de referencial para a vivência da feminilidade entre as trabalhadoras metalúrgicas, além das repercussões desse processo nas concepções de trabalho e desemprego das mulheres entrevistadas.

O perfil do grupo entrevistado

No conjunto dos recém-demitidos/as, composto por 10 mulheres e 36 homens, há uma predominância de jovens e adultos. Três faixas concentram os maiores percentuais: a faixa entre 19 e 24 anos (28 % do total, 31% dos homens e 20%

5 Utilizamos um questionário semiestruturado, contendo perguntas objetivas de cunho geral (referentes aos dados pessoais do contingente entrevistado) e questões abertas, cujo objetivo era apreender a percepção do/a entrevistado/a sobre o trabalho, o desemprego e as relações de gênero. Além do preenchimento deste questionário, fizemos também a gravação das entrevistas, como forma de apreender aspectos da vida dos/as entrevistados/as que dificilmente seriam captados apenas pelo registro escrito de suas respostas.

das mulheres), a faixa entre 25 e 29 anos (24% do total, 25% dos homens e 20% das mulheres), e a faixa entre 30 e 34 anos (15% do total, 20% das mulheres e 14% dos homens). A faixa entre 40 e 44 anos continha 13% do conjunto de entrevistados/as (e 11% dos homens).

Tabela 1 - Demitidos/as conforme a faixa etária e o gênero – 2011.

Faixa etária (anos)	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
19 a 24	2	20	11	31	13	28
25 a 29	2	20	9	25	11	24
30 a 34	2	20	5	14	7	15
35 a 39	1	10	3	8	4	9
40 a 44	2	20	4	11	6	13
45 a 49	1	10	2	6	3	7
50 ou mais	0	0	2	6	2	4
Total	10	100	36	100	46	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas entrevistas.

O conjunto estudado também possui alta escolaridade, visto que 67% das pessoas tinham completado o Ensino Médio e encontravam-se cursando o Ensino Superior. Cruzando os resultados por sexo, vemos que, das mulheres, 70% completaram o Ensino Médio e uma delas concluiu o superior. Entre os homens, 67% concluíram o Ensino Médio e 17% cursavam o superior. No total de entrevistados, temos 80% com Ensino Médio ou mais.

Como é possível ver na tabela 2 abaixo, parte significativa do conjunto (30%) situava-se na faixa de trabalhadores/as que recebiam salários menores que R\$1.091,00⁶ e 73% das pessoas recebiam até R\$ 1.907,00. Se segmentarmos tal resultado por sexo, teremos um quadro um pouco mais preciso: 60% das metalúrgicas e 20% dos metalúrgicos ganhavam até R\$ 1.090,00. Na faixa dos/as que recebiam entre R\$1.091,00 e R\$1.362,00, encontrava-se apenas 1 mulher. Entre os 11% dos/as entrevistados/as que recebiam entre R\$1636,00 e R\$1.907,00 havia 2 mulheres (20%). Não havia nenhuma mulher entre os/as metalúrgicos/as que ganhavam entre R\$1.363,00 e R\$1.635,00, e tampouco entre os/as que recebiam acima de R\$1.908,00. Tais dados mostram a grande desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor.

⁶ Este valor corresponde a três salários mínimos. Tomamos como referência para construir as tabelas o valor vigente até 01/2012, ou seja, R\$ 545,00.

Tabela 2 - Demitidos/as conforme a faixa salarial (em reais) e o gênero, 2011.

Faixas salariais (em R\$)	Gênero					
	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
500,00 a 817,5	1	3	1	10	2	4
818,00 a 1090,00	6	17	6	60	12	26
1091,00 a 1362,00	7	19	1	10	8	17
1363,00 a 1635,00	7	19	0	0	7	15
1636,00 a 1907,00	3	8	2	20	5	11
1908,00 a 2180,00	7	19	0	0	7	15
2181,00 ou mais	5	14	0	0	5	11
Total	36	100	10	100	46	100

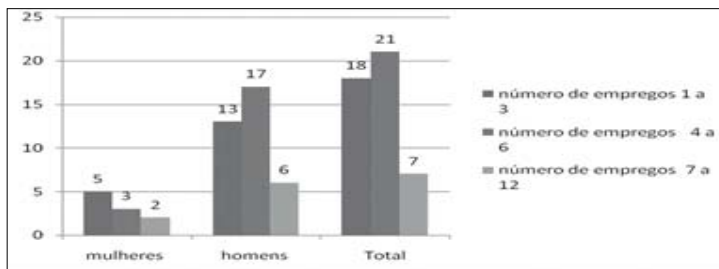
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas entrevistas.

Dentro do universo estudado havia uma maioria de casados/as (54% do total, 56% dos homens e 50% das mulheres), mas havia também um significativo contingente de solteiros/as (40% das mulheres e 36% dos homens).

O elevado trânsito entre empregos é marcante nesse conjunto de trabalhadores/as e sinaliza a instabilidade das relações de emprego no setor e no mercado de trabalho da região: 21 pessoas (46% do conjunto), sendo cinco mulheres (metade delas) e treze homens (36%), passaram por 4 a 6 empregos⁷.

⁷ Apenas com os dados das entrevistas não é possível afirmar que há uma intensa rotatividade no setor, ainda que a instabilidade seja visível nas trajetórias ocupacionais de homens e mulheres. A mudança constante de empregos, nessa amostra, não tem uma relação direta com o nível de qualificação: levando-se em conta que a maioria deles e delas possui o Ensino Médio completo – há pessoas escolarizadas (e com vários cursos profissionalizantes no currículo) que passaram por 5 ou mais empregos, enquanto mulheres e homens com menores graus de qualificação tiveram 3 empregos. Nossa pesquisa, entretanto, também incluiu dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que apontam para uma taxa de rotatividade de 22,79% para o conjunto da força de trabalho do setor (22,69% para os homens e 23,36% para as mulheres) em 2002. Em 2012, ano final da série histórica pesquisada, a taxa de rotatividade entre os/as trabalhadores/as metalúrgicos/as estava na casa dos 23,44% (22,84% para os homens e 23,31% para as mulheres).

Gráfico 1 - Demitidos/as conforme o número de empregos por que passaram - 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas entrevistas.

Neste universo de pesquisa, buscamos analisar as percepções subjetivas dos/as trabalhadores/as demitidos/as sobre o trabalho, sobre sua ausência, assim como sobre o que seria, segundo eles e elas, o comportamento adequado para o homem e para a mulher, presentes em seus relatos de vida.

A subjetividade resulta das trocas entre o mundo externo e a psique individual; e permite que os indivíduos não se comportem todos da mesma forma, mesmo vivendo sob a mesma cultura e expostos aos mesmos modelos normativos. Cada pessoa tem uma história diferente, e passou por experiências distintas ao longo de sua vida. Isso influencia sua forma de lidar com normas, modelos de comportamento e formas de ver o mundo que as sociedades estabelecem. Nesse processo de interação com as normas e a cultura das sociedades, os indivíduos reelaboram internamente os elementos recebidos e se posicionam em relação a eles, tornando-se *sujeitos* ao fazê-lo. Esta tomada de posição pode resultar no acatamento das normas ou na resistência a elas. A subjetividade é construída pelos sujeitos por meio das relações estabelecidas com os demais membros das coletividades, e dá origem a concepções de mundo que norteiam as avaliações dos sujeitos sobre todos os aspectos que dizem respeito às suas vidas. Veremos, a seguir, como a subjetividade dos/as trabalhadores/as se manifestou, à medida que eles e elas construíam seus relatos de vida e falavam de suas experiências no momento da entrevista.

Masculinidade hegemônica, desemprego e empregabilidade

Connell (1995) e Connell e Messerschmidt (2005), afirmam que, numa sociedade patriarcal – ou grupo desta sociedade – existem várias maneiras de ser homem e de ser mulher. Ou seja, há uma grande variedade de *performances* masculinas e femininas disponíveis para ambos, ou, dito de outro modo, uma ampla gama de posições que os sujeitos – homens ou mulheres – podem assumir. Entre os homens existe, entretanto, uma *performance* masculina que ocupa posição central

ou hegemônica, isto é, consiste num referencial ou padrão ideal que guia as demais formas de ser no masculino. O correlato da **masculinidade hegemônica** entre as mulheres é denominada pelos autores **feminilidade ressaltada** (*emphasized*)⁸. Para os autores, a posição hegemônica de uma determinada *performance* masculina ou feminina é instável, e pode ser alterada em decorrência de transformações sociais e embates políticos. Assim, o ingresso de um grande contingente de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1970, e as lutas das mulheres por seus direitos vêm, lentamente, questionando o ideal hegemônico de masculinidade, o ideal ressaltado de feminilidade e a própria noção do salário feminino como complementar. Esse fenômeno tem aberto o leque de *performances* disponíveis para os sujeitos e acenado para a construção de uma nova hegemonia.

Medrado e Lyra (2008) ressaltam o papel dos discursos formulados pelas instituições e pelos produtores de políticas públicas na construção das masculinidades e das feminilidades. As concepções de mundo das classes trabalhadoras no Brasil foram fortemente influenciadas pelo discurso e pelas políticas do Estado brasileiro. Às desigualdades de gênero já existentes na sociedade, no início do século XX, somou-se o esforço do Estado para disciplinar os comportamentos dos trabalhadores/as e adequá-los à disciplina fabril a partir dos anos 1930. As políticas estatais (com destaque para as leis trabalhistas relativas ao trabalho feminino) restringiram as possibilidades de inserção feminina no mercado de trabalho (Pena, 1981). Os discursos oficiais, por sua vez, combateram duramente a malandragem, buscando criar um modelo ideal de trabalhador honrado (oposto ao malandro), a ser seguido pela classe trabalhadora (Gomes, 1988; Rago, 1985). Esse modelo ideal era projetado prioritariamente para os homens: o trabalhador ideal era do sexo masculino, responsável pelo sustento de sua família, para o qual o trabalho seria um imperativo (Pena, 1981; Abramo, 2007). O ideal do trabalhador provedor e o modelo de feminino representado pela mulher “cuidadora”⁹ tornaram-se referenciais socialmente legitimados para a vivência do masculino e do feminino nas classes trabalhadoras. Ou seja, tornaram-se a forma hegemônica de masculinidade e a forma ressaltada de feminilidade, reiterando para várias gerações de trabalhadores/as **a noção da mulher como força de trabalho secundária** e permitindo a persistência das desigualdades de gênero no trabalho. É importante destacar que o binômio homem provedor/mulher cuidadora, assim como a ideia do salário feminino como complementar ao salário masculino, faz parte de um **ideário**

8 Connell (1995) denomina o ideal feminino que constitui o centro referencial da feminilidade de “feminilidade ressaltada” (e não “hegemônica”) como forma de ressaltar a subordinação do feminino ao masculino nas sociedades patriarcais.

9 Cabe lembrar que, para algumas famílias das classes trabalhadoras, tal modelo não corresponde à realidade, pois as más condições de vida impelem todos os membros – inclusive crianças – a trabalhar (Cf. Souza, 2010).

– que estruturou as percepções da sociedade brasileira e das pessoas entrevistadas –, e nem sempre correspondem à realidade concreta¹⁰ – como no Brasil atual, onde os rendimentos do trabalho assalariado (formal ou informal) feminino têm adquirido um peso cada vez maior nos orçamentos familiares.

Poucos, entre os entrevistados, investem na posição de sujeito do trabalhador-provedor. Mas alguns, como Jair e outros metalúrgicos de diferentes idades, procuram corresponder a esse modelo ideal. Eles têm em comum o fato de terem crescido em famílias que se enquadravam no ideal traçado acima, e cuja educação reiterou valores e visões de mundo nos moldes desse ideal. Há, entretanto, outros entrevistados que, mesmo tendo sido socializados em ambientes semelhantes, não investem nessa posição de sujeito, pois suas experiências posteriores – como, por exemplo, afastar-se da casa dos pais e conviver com a presença feminina nos espaços de trabalho – os levaram a reformular algumas de suas concepções e investir em outras posições de sujeito que se afastam da forma hegemônica de masculinidade.

Jair, no momento da entrevista, tinha 44 anos e se definia como caldeireiro. Nascido em Corumbá (Mato Grosso do Sul), fora criado numa família em que o pai era o chefe e a mãe era dona de casa. Completara o Ensino Médio e, ao longo de sua trajetória profissional, fizera diversos cursos no Senai (destacando-se os de caldeiraria e de serralheria). Esses cursos, ao lado de sua experiência acumulada (pois trabalhava como caldeireiro desde os 18 anos), lhe permitiam, segundo ele, permanecer no mercado de trabalho. Como vários de seus colegas entrevistados, declarou jamais ficar “parado” (“Eu não fico parado. Fico desempregado na minha função”). Sua formação como serralheiro consistia na chave de suas estratégias de sobrevivência nos períodos de desemprego. Nas ocasiões em que ficou desempregado¹¹, recorreu aos “bicos” como serralheiro para poder arcar com as despesas da família, como podemos observar no trecho de entrevista abaixo:

Jair: Se eu quiser, eu trabalho todo dia na serralheria.

V: Tem muito serviço?

Jair: Tem. Bico, né? Assim, não é serviço grande, mas você pega um portãozinho ali pra arrumar, uma portinha pra arrumar, uma solda pra fazer... Isso aí já garante a mistura.¹²

10 Chitra Joshi (2009) aponta para a importância de se atentar para o conjunto de atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres de países periféricos nos espaços domésticos e no mercado de trabalho informal, as quais, apesar dos baixos rendimentos, tiveram (e, quando se trata de comunidades rurais, ainda têm) um fundamental papel no sustento dos domicílios.

11 Jair não disse precisamente quantas vezes ficou desempregado ou quando, mas, ao ouvi-lo relatar sua trajetória de trabalho, pude identificar pelo menos sete períodos em que ele esteve sem trabalho registrado, nos intervalos entre a saída de uma empresa (demitido em virtude da queda da demanda pelo serviço de caldeiraria nas empresas) e a entrada em outra.

12 Jair, entrevista concedida em 23/08/2011.

Jair veio para Campinas ainda criança, com seu pai, mãe e irmãos. Seu pai arcava com o sustento da residência (e até hoje é considerado por Jair e seus irmãos o chefe da família) e sua mãe, com todas as tarefas domésticas. Ao casar-se, há 20 anos, Jair replicou em sua própria família o modelo aprendido na casa paterna. Tem um casal de filhos e tinha sido o único responsável pelas despesas da casa, até que o filho mais velho (de 20 anos) começou a trabalhar, há cerca de um ano. “[A esposa] *não trabalha. Eu não quis que ela trabalhasse. Esposa minha é pra cuidar da minha casa, dos meus filhos.*”¹³.

Para ele, o/a chefe da família (sobretudo se for homem) deve pagar as contas da casa. Ao ser indagado sobre a execução do trabalho doméstico, disse que ele e o filho não o realizavam, e que as mulheres deveriam fazê-lo, aludindo à sua própria criação.

No meu caso, eu fui criado assim, entendeu?! Eu faço a minha parte, trabalho, e a mulher a parte dela... [...] Mesmo se você (mulher) precisa trabalhar [...], não importa. Mas chega lá (casa), você vai lavar sua louça, limpar sua casa. Você não vai querer sua casa limpa? [...] Eu não fui criado para isso, vem de criação, entendeu? [...].¹⁴

Trata-se de convicções fortemente arraigadas; e a educação recebida na casa dos pais é aludida, por muitos dos homens entrevistados, para justificar posturas refratárias à participação masculina no trabalho doméstico. Tal justificativa cumpria o papel de argumento para encerrar a discussão, no contexto da interlocução com a pesquisadora.

Deste modo, Jair observava a inserção feminina no mercado de trabalho e as novas configurações conjugais constatando que, atualmente, as mulheres não apenas trabalham como contam com a colaboração de seus cônjuges nas tarefas da casa. Entretanto, ele permanecia apegado à imagem que queria transmitir sobre si, a imagem de trabalhador-provedor – sua fantasia de identidade, para usar as palavras de Moore (2000). Jair demonstrou desejar, inclusive, que o filho também assumisse o mesmo tipo de comportamento, que acreditava ser o correto para um homem. Tudo isso se evidenciou no momento em que respondeu de forma reticente ao ser questionado sobre o que pensava sobre os casais em que a mulher trabalhava fora e o homem se dedicava ao trabalho doméstico. Reproduzo abaixo o diálogo que estabelecemos:

Jair: Se eles se dão bem... Mas conheço poucos casos...

V: E o que você acharia se seu filho estivesse nessa situação?

13 Jair, entrevista concedida em 23/08/2011.

14 Jair, entrevista concedida em 23/08/2011.

Jair: Se casasse, perdesse o emprego e ficasse em casa, a mulher trabalhando? Ai é uma coisa que eles teriam que entrar em acordo entre eles... Porque eu não posso falar pra você o que eu ia falar pro meu filho fazer, entendeu? [...]

V: Mas é uma situação que você gostaria de ver?

Jair: Olha... Gostar, eu não gostaria... Porque meu filho não foi educado pra isso. Meu filho foi educado para ele trabalhar¹⁵.

Mesmo metalúrgicos que não investem na posição de sujeito de homem trabalhador-provedor mostraram-se contrários à ideia de que um homem possa assumir o trabalho doméstico e o cuidado infantil enquanto a esposa trabalha fora. Foi o caso de Jorge (um prensista, separado, de 43 anos), que fora criado pela mãe divorciada, mostrava-se favorável à divisão de despesas e tarefas domésticas pelos casais, mas repudiava o homem que não trabalhasse:

V: Na sua opinião, quem deve fazer as tarefas domésticas?

Jorge: Todo mundo tem que fazer tudo o que tem que fazer! Não tem esse negócio... O homem pode fazer comida, o homem pode limpar a casa, o homem pode lavar a roupa... [...].

V: Na sua casa era assim?

Jorge: Lógico!

V: E com seus filhos?

Jorge: Do mesmo jeito. Lá em casa todo mundo se vira! [...]

V: Qual é a sua opinião sobre a mulher que se dedica só aos filhos e à casa?

Jorge: Olha, eu vou ser sincero pra você, viu? Eu acho que ela fica muito dependente do homem! E não é uma boa coisa. Que nem minha mãe: minha mãe sempre foi fazendeira, sempre lutou com a vida, [...]. Se ela não tivesse a cultura e não soubesse lidar com agricultura, nós tinha sido doado, ou teria se marginalizado, ou teria passado fome... [...]

V: E o homem que cuida da casa enquanto a mulher trabalha fora?

Jorge: Um b* mole! Só se estiver desempregado. Um mês, no máximo!¹⁶

Como se pode notar, Jorge é um trabalhador que não se enquadra no ideal hegemônico de masculinidade. No entanto, ele também reitera a associação entre masculinidade e trabalho assalariado. O referencial da masculinidade hegemônica construída no grupo estudado orienta os julgamentos morais de homens de diferentes idades (e com diferentes trajetórias pessoais) sobre aquele que está fora do mercado de trabalho e não se mostra capaz de trabalhar.

¹⁵ Jair, entrevista concedida em 23/08/2011.

¹⁶ Jorge, prensista, 43 anos, separado. Entrevista concedida em 25/08/2011.

O olhar alheio e o estigma da vadiagem – este último veementemente negado por Jair – também atuam como elementos de sua percepção de si – como trabalhador e como homem que honra seus compromissos para com a família e com os credores, como pode ser observado no trecho a seguir:

Não (sofri cobrança da família). Porque eles sabem que eu sou um cara... Que eu sempre batalhei. Graças a Deus não tem ninguém pra ficar me cobrando porque eu sei a hora de 'sair andando' (procurar emprego). [...] Quando eu recebo o meu acerto, eu acerto todas as contas pra não ter ninguém me enchendo o saco no meu portão¹⁷

Entretanto, investir nesta posição de sujeito implica uma pesada carga de tensão e sofrimento psicológico. Leandro – cujo perfil se aproxima do de Jair – explicita a pressão sofrida pelo trabalhador provedor no âmbito familiar:

Ah, o clima ficou meio tenso, né? A esposa, as dificuldades, a conta chegando, a criança precisa de alguma coisa e não tem... Entendeu? Mas dá pra contornar bem a situação. [...] Só algum bate-boca, mas é normal... [...] Tipo assim: 'Acabou isso, e tal'. Aí você fala assim: 'Pô, espera, que eu vou receber um dinheiro, vou fazer um bico aí'. E a pessoa não quer esperar, fica irritada. Dizendo: 'Você tem obrigação de fazer o negócio, tem que se virar, de fazer a coisa acontecer rápido'. Mas às vezes não depende de nós...¹⁸

O momento da demissão é também o momento em que o peso do ideal hegemônico e do investimento na posição de sujeito do trabalhador provedor se revela. Jair, assim como outros metalúrgicos, procura evitar julgamentos sobre si, reafirmando que, mesmo desempregado, não fica sem trabalhar. Trata-se de uma forma de mobilizar sua subjetividade para lidar com o desemprego, uma situação que não está sob seu controle, e para resgatar suas possibilidades de agência. Mas essa estratégia subjetiva também constitui um mecanismo reiterativo da normatividade de gênero.

A associação entre o trabalho e a masculinidade, comum às sociedades ocidentais patriarcais, foi reiterada ao longo do século XX na sociedade brasileira, através das normas sociais que definem os comportamentos adequados para homens e mulheres, e das instituições e políticas de regulação do trabalho (imbuídas de um ideário que define a **mulher como força de trabalho secundária**) (Abramo, 2007). A partir desses referenciais se constituíram as formas de ser homem trabalhador e de ser mulher da classe trabalhadora. Apesar das mudanças

¹⁷ Jair, 23/08/2011.

¹⁸ Leandro, 26/08/2011.

socioculturais, que permitiram uma ampliação no campo de possibilidades de vivência da masculinidade, a obrigação de trabalhar é o **elemento duradouro**, que permanece apesar do menor prestígio que gozam hoje os homens que investem na posição de sujeito de provedor da família. Dito de outra forma, apesar das diversas opções de posições de sujeito disponíveis atualmente para os homens, o trabalho extradoméstico produtivo permanece como elemento definidor da masculinidade entre os trabalhadores. A obrigação de trabalhar é o traço comum às formas de masculinidade que gravitam em torno do ideal hegemônico. Ela é o elemento que unifica as percepções dos homens e das mulheres do setor sobre o que é ser um homem, no contexto da produção de uma nova hegemonia.

Neste sentido, a qualificação (resultante da experiência prática na fábrica e/ou do ensino profissionalizante) joga um importante papel. Os cursos técnicos no Senai são motivo de orgulho para trabalhadores como Jair, uma vez que lhes possibilita obter uma nova ocupação ou, alternativamente, realizar bicos (no caso de Jair, como serralheiro) quando desempregados. Novamente, esta é também, e sobretudo, uma afirmação da masculinidade. Ou seja, afirmar-se trabalhador com uma boa formação (que o torna capaz tanto de competir pelas vagas no mercado de trabalho quanto de assegurar sua sobrevivência nos períodos de desemprego) é também afirmar-se como homem (Peticarrari, 2008).

O período de desemprego, para Jair, era um período de trabalho. Entretanto, trata-se de um trabalho cuja duração não estava sujeita ao controle gerencial, permitindo-lhe momentos de lazer que nem sempre eram bem vistos em seu bairro:

V: O que você acha que os outros pensam de você, quando não está empregado? Acha que pensam mal de você?

Jair: Com certeza os outros pensam, né? Quando vê você andando pela rua aí, vê **você tomando uma cervejinha ali...** que era acostumado a ver você trabalhar, de repente vê você naquele horário, com outras pessoas. Então, os outros, a visão às vezes muda.¹⁹

A posição de sujeito na qual uma pessoa investe influencia significativamente sua experiência subjetiva do desemprego, pois o processo de assumir uma posição implica em custos para o sujeito. Além disso, as formas de organização da produção também influem nessa percepção, por condicionarem a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, assim como suas próprias percepções sobre o trabalho e o emprego. A capacidade de manter-se no mercado de trabalho, atualmente, é um importante componente dessas percepções e resulta tanto das novas formas de gestão do trabalho, caracterizadas pelas tentativas gerenciais de fomentar o

¹⁹ Jair, entrevista concedida em 23/08/2011.

envolvimento e a participação dos/as trabalhadores/as na resolução dos problemas da produção e na individualização da relação entre gerências e trabalhadores/as, quanto da ampla difusão midiática de um discurso que postula a qualificação e o estudo como condições para a “empregabilidade” do/a trabalhador/a. Entretanto, na prática, não existe qualquer garantia de que o investimento em qualificação profissional seja revertido em manutenção do posto de trabalho (ou em estabilidade no emprego, ou mesmo em facilidade em encontrar nova ocupação durante períodos de desemprego). O comportamento do mercado de trabalho é influenciado por variáveis de outra natureza – destacando-se os ciclos econômicos, o uso das demissões pelas empresas como estratégia para cortar custos e os próprios traços de seletividade do mercado de trabalho (que tem, ao longo das duas últimas décadas, excluído, por exemplo, os/as trabalhadores/as com mais idade e com menor escolaridade) (Linhart, 2008). As falas dos dois trabalhadores que apresentaremos a seguir iluminam essa questão.

A masculinidade no quadro das novas relações na família e no trabalho

James tinha 40 anos quando entrevistado. Almojarife, casado há nove anos, tinha três filhos. Fora criado em uma família na qual tanto o pai quanto a mãe trabalhavam, e morara sozinho por um período, antes de se casar. Nascido em São Paulo, viera para Campinas já adulto. Trabalhava desde os 11 anos e fazia curso superior, na área de logística, além de ter feito anteriormente diversos cursos técnicos relacionados a essa área.

James exemplifica as configurações conjugais atuais, nas quais o casamento inclui uma maior participação masculina na vida doméstica (Araújo; Scalon, 2005). Para Grossi (2004), a entrada da mulher no mercado de trabalho, o questionamento feminista do modelo tradicional de família e a diminuição da fecundidade abriram espaço para a reivindicação masculina de maior participação na criação dos filhos (uma nova paternidade). A responsabilidade masculina pelo sustento do lar e a responsabilidade exclusivamente feminina pelo cuidado doméstico também passaram a ser postas em xeque.

Assim, este operário mostrava-se favorável ao trabalho extradoméstico feminino, contribuía com as tarefas domésticas e dividia as despesas da casa com a esposa. Além disso, não se mostrou constrangido ao ser questionado sobre a possibilidade do filho vir a ser sustentado pela esposa e se ocupar do lar:

Uma coisa que as famílias esquecem hoje em dia é a questão do diálogo. É muito importante, principalmente na situação inversa (a mulher sustentar a casa). Acho que

essa era de machismo já era; já foi [...]. Meu filho vai ser o reflexo do que eu sou hoje. O exemplo que eu dou pra ele, com certeza ele vai absorver. [...] Tanto que ele arruma a cama dele, com oito anos, ele ajuda a mamãe... Às vezes ele acaba de comer (e diz) 'Quero lavar meu prato', por que ele me vê lavando louça. [...] Acho também que eu não vou deixar de ser mais homem se eu ajudar minha mulher a lavar louça, entendeu?²⁰

Entretanto, em suas falas, demonstrava dividir claramente o que são os atributos “de homem” – o trabalho pesado – e os trabalhos adequados ao “perfil” feminino – a maternidade e o trabalho administrativo e delicado. “[...] As mulheres tinham papéis fundamentais na empresa que eu trabalhava: cargos de administrativo, financeiro... [...] serviço burocrático e... **delicado** [...]. A atividade (na fábrica) é **bruta, atividade pesada**. O perfil das mulheres, hoje, é um perfil mais administrativo [...]”²¹.

Se, por um lado, James mostrava-se favorável ao trabalho feminino, por outro, ele ressaltou, em sua fala, a importância da mãe para os filhos pequenos (o que autorizaria a mulher a parar de trabalhar por um período):

V: O que você acha das mulheres que se dedicam só aos filhos e à casa?

James: Olha, eu penso que elas devem rever os conceitos delas. Por que quem acaba sofrendo é própria família. Por que se ela trabalha, ela tem uma fonte de renda a mais. Agora, também depende da idade do filho. Por exemplo, quando é pequeno. Meus filhos ficam na creche. Não impedem minha mulher de trabalhar.²²

James claramente não investe na posição de sujeito do trabalhador-provedor. Ele apresentava, no contexto da interlocução com a pesquisadora, uma outra representação de si: a de um homem que não é o único provedor do lar e que participa da execução das tarefas domésticas (o que é diferente de dividi-las). Trata-se de uma forma de masculinidade – o homem trabalhador – ou seja, uma modalidade de percepção de si, e das relações entre o feminino e o masculino, construída pela experiência de um mundo em que a presença feminina no mercado de trabalho se estabelece de maneira definitiva e abre espaço para o desenho de novos padrões de relacionamento familiar.

O homem trabalhador afirma sua capacidade de trabalhar (de realizar o trabalho bruto), mas abdica do ônus de ser o único provedor do sustento da família. Para o homem que investe nesta posição de sujeito, a feminilidade se define pela inserção no mercado de trabalho, mas também pela importância fundamental das tarefas relativas ao cuidado infantil. Esse **homem trabalhador** (forma de

²⁰ James, almozarife, 40 anos, casado. Entrevista concedida em 17/11/11.

²¹ James, entrevista concedida em 17/11/11.

²² James, entrevista concedida em 17/11/11.

masculinidade com potencial para tornar-se hegemônica entre os trabalhadores da categoria metalúrgica) mostra-se um marido disposto a colaborar com as tarefas domésticas e com a educação dos filhos, mas não assume como suas essas obrigações. Ele conta com uma mulher que se responsabiliza pela família, e pode ter a maior parte de seu tempo disponível para o trabalho (Abramo, 2007) e para o investimento em sua própria qualificação. Esse modelo mais flexível de masculinidade atua, assim, como mecanismo que reitera a normatividade de gênero e recria a divisão sexual do trabalho (Connell, 1995).

Um elemento importante dessa forma de masculinidade é a capacidade de manter-se no mercado de trabalho, intensamente ressaltada por James. Ele afirma estar em busca de ampliar suas qualificações: cursa uma faculdade, investe em curso de idiomas, além de ter feito, por conta própria, alguns cursos técnicos. Para ele, que afirmou nunca ter tido muitas dificuldades em obter emprego, a reinserção do/a trabalhador/a depende basicamente de sua qualificação, do bom desempenho no trabalho e da própria postura: O trabalho, na sua percepção subjetiva, significa desempenhar bem suas tarefas, mas também dedicar-se:

V: Você vê diferença entre trabalho e emprego?

James: Então, é o que eu te falei: tem gente que quer emprego: quer garantia de salário no fim do mês, de pagar o seu INSS... Mas não quer saber de (inaudível), de ser profissional.

V: Trabalho pra você é... ?

James: Trabalho é dedicação ao serviço, é a busca de novos desafios...²³

Seu discurso, que tem alguns elementos em comum com os discursos gerenciais atuais, afirma reiteradamente o papel das características pessoais – a experiência e/ou a qualificação.

No grupo pesquisado, há pessoas que completaram o Ensino Médio ou estão cursando o Ensino Superior e alguns/umas tinham feito vários cursos técnicos. Apesar disso, foram sucessiva e sistematicamente demitidas várias vezes. Deve-se lembrar de que a rotatividade constitui uma importante estratégia empresarial de redução de custos, uma vez que cada novo trabalhador substitui o anterior, mas recebe um salário menor (Pochmann, 2009). Assim, permanecer no emprego ou obter um novo posto quando desempregado/a são ações que não dependem somente das capacidades de trabalhadoras e trabalhadores, mas principalmente de circunstâncias externas ao cotidiano fabril. A ideia de que é possível agir sobre as próprias condições de inserção no mercado de trabalho influencia, entretanto, a experiência de estar desempregado/a.

²³ James, entrevista concedida em 17/11/11.

Acredito que, apesar de se mostrar confiante no investimento que fazia em si mesmo e em sua experiência, James sabia que, no fundo, não poderia realmente controlar as condições de sua inserção no mercado de trabalho. Tendo passado por períodos curtos de desemprego anteriormente (três meses, em média), declarou ter desenvolvido a estratégia de manter regularmente uma reserva de dinheiro, para ser utilizada nos períodos em que estivesse sem trabalho.

A ideia de que é possível controlar as próprias condições de entrada e saída no mercado de trabalho está também presente nos relatos do entrevistado, a seguir, que constitui um outro exemplo da masculinidade flexível.

A crença do jovem trabalhador no poder da qualificação

Thiago, um jovem inspetor de qualidade de 22 anos, também afirmou que nunca tivera dificuldade em empregar-se. Acabara de sair de uma empresa do ramo eletrônico para entrar em outra, que fabricava equipamentos ferroviários. Seu perfil lembra muito o de James, no tocante à sua crença na qualificação técnica. Naquele momento, cursava Engenharia Mecânica, o que dava, de certo modo, sequência à formação já obtida²⁴. Sempre trabalhara em metalúrgicas, passando por três empresas como estagiário. Na terceira, onde ficou por três anos, foi efetivado como inspetor de qualidade. Declarou nunca ter ficado mais de 15 dias sem trabalho, havendo sempre uma melhoria salarial ao passar de um trabalho a outro. Além do colégio técnico, fizera diversos cursos profissionalizantes no Senai (sobretudo na área de qualidade) e cursos de inglês e informática. Thiago procurava vagas diretamente nas empresas e em agências privadas de intermediação de mão de obra. Ele era o típico “profissional da procura” (Guimarães, 2009), valendo-se inclusive da internet para isso. Cadastrara seu currículo numa famosa agência virtual e obtivera emprego graças a esse procedimento. Mencionou outras quatro agências atuantes na região. Sua escolarização e sua preocupação com a própria formação profissional o aproximam de James. Contudo, há certas diferenças relacionadas aos processos de socialização em suas famílias.

Thiago nasceu no interior do Paraná e veio para a região de Campinas com quatro anos. Era solteiro, sem filhos e morava com os pais e duas irmãs mais velhas (também solteiras) que já haviam concluído cursos superiores e trabalhavam, ganhando mais do que o pai. Sua mãe era dona de casa. Era do pai a responsabilidade por manter a casa, e da mãe e das irmãs a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico: “Na minha família quem faz mais (as tarefas domésticas) é a minha mãe e as minhas duas irmãs... mas eu e o meu pai, às vezes, ajudamos. Eu

²⁴ Ele concluiu o curso técnico (em mecatrônica) no Colégio Técnico Bento Quirino, instituição campineira de Ensino Médio profissionalizante, ligada à Fundação Paula Souza.

colaboro quando solicitado. Eu arrumo meu quarto, lavo o carro, lavo a frente da casa, essas coisas...”²⁵.

Thiago não precisou trabalhar na infância. Nasceu numa família trabalhadora que conseguiu se estabelecer em Campinas com certo conforto. Essa família investia na formação dos filhos, proporcionando-lhes oportunidades para que eles estudassem e saíssem da condição operária (Beaud; Pialoux, 2009). Como vimos no trecho acima, Thiago (o filho mais novo, homem e estudante) raramente era solicitado para fazer alguma tarefa doméstica. O estudo é algo valorizado entre as famílias trabalhadoras. Entretanto, se há um esforço dessas famílias para poupar os/as filhos/as que estudam, por outro lado esse esforço poupa principalmente os filhos homens. Assim, essas tarefas acabam sendo feitas pelas mulheres. Para Souza (2010), as pessoas reproduzem diariamente a divisão sexual do trabalho nos seus domicílios de forma inconsciente e automática, isto é, sem que se deem conta disso. Para o autor, o espaço doméstico é um espaço de alienação. Por isso, há homens que se manifestam favoráveis à divisão das tarefas domésticas, embora não pratiquem isso no dia-a-dia.

Sobre a possibilidade de a mulher permanecer no lar e não ter uma carreira, Thiago acreditava que isso era algo que se inseria no leque de opções femininas:

Thiago: Às vezes pode ser uma escolha, às vezes pode ser uma necessidade. Eu respeito isso. Se minha mulher quiser cuidar só dos filhos e ficar em casa e eu puder sustentá-la, eu não vejo problema. Mas se ela quiser trabalhar, também não vejo problema. Acho que vai dela.

V: e se for o contrário?

Thiago: Ah, aí... **Eu sou meio machista; eu acho meio estranho...** Olha, se a minha mulher ganhasse muito dinheiro e o meu salário fosse insignificante perto dela, eu cuidaria dos filhos, cuidaria da casa... **Mas só num caso extremo.**²⁶

Para a mulher, trabalhar ou ficar em casa seriam opções, de acordo com Thiago. Já para o homem, o trabalho seria, segundo ele, uma obrigação. O discurso de Thiago reitera a ideia de que o trabalho reprodutivo é atribuição feminina e o trabalho extradoméstico, masculina. Seu discurso também revela que, para ele, ocupar-se exclusivamente do trabalho reprodutivo é algo indigno para o homem.

Thiago reúne algumas características da masculinidade potencialmente hegemônica no universo de uma categoria majoritariamente formada por homens, inserida num grande centro urbano. No quadro da construção de uma nova hegemonia nessa categoria, o ideal de masculinidade, cujas características estão

²⁵ Thiago, inspetor de qualidade, 22 anos, solteiro. Entrevista concedida em 17/11/2011.

²⁶ Thiago, entrevista concedida em 17/11/2011.

condensadas em Jair, tende não a desaparecer, mas a deixar de ser o referencial. Um elemento chave para a afirmação desta nova masculinidade é, como já foi dito, a qualificação profissional. Ela é um marcador da diferença de gênero, pois é algo que poucas mulheres da categoria possuem – uma vez que as empresas não investem na qualificação da mão de obra feminina.

É possível perceber em Thiago, socializado no ambiente da nova organização do trabalho, a assimilação do discurso gerencial (imbuído de traços do ideário neoliberal), segundo o qual o/a trabalhador/a deve investir em si próprio e percebe o desemprego das pessoas como fruto de sua falta de experiência e/ou formação.

Quando a experiência dela (pessoa) não ajuda, é porque a empresa considera que a experiência que ela tem é uma experiência viciada. É aquela experiência que era muito boa para a empresa em que ela trabalhava, mas naquela (nova) empresa pode acabar atrapalhando...²⁷

Em sua fala, Thiago demonstrou acreditar que o desemprego é algo que atingiria as pessoas que não se empenham em construir a própria qualificação. Entretanto, quando se atribui o desemprego à falta de qualificação, de certa forma também se coloca sobre o/a trabalhador/a a responsabilidade pelo próprio desemprego.

A falta de qualificação é um argumento recorrente na sociedade para justificar a instabilidade que marca a inserção feminina no setor. No entanto, vimos acima que as metalúrgicas são tão escolarizadas quanto os homens da categoria. No entanto, essa escolaridade não se traduz numa vantagem concreta no mercado de trabalho: as mulheres da categoria recebem, como mostramos acima, remunerações menores e nossas entrevistadas ocupavam, em geral, cargos de baixa qualificação (montadora, soldadora, operadora de produção), os únicos disponíveis para elas. A literatura sobre o trabalho feminino é fértil em desenhar o quadro das condições de inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho: baixos salários, rotinização, trabalho monótono e repetitivo, extremo controle gerencial. Além disso, a discriminação baseada no gênero se manifesta de outra forma: o pouco acesso das mulheres a cursos e oportunidades de ascensão profissional (Souza-Lobo, 1991; Hirata, 1998 e 2008; Segnini, 2003; Holzmann, 1995). Este aspecto das políticas gerenciais também surgiu nas entrevistas: as trabalhadoras nos relataram que raramente eram liberadas para fazer cursos oferecidos pelas firmas, ao contrário de seus colegas homens.

²⁷ Thiago, entrevista concedida em 17/11/2011.

Cabe acrescentar que tem havido um aumento da participação proporcional das mulheres na categoria, o que se deve a diversos fatores. Em primeiro lugar, entre 2002 e 2012, na região de Campinas, houve um aumento geral de fábricas de todos os tamanhos no setor metalúrgico. Foram abertas mais de oito empresas de grande porte (mais de 1000 empregados/as), que passaram de cinco para 13 ao longo do período entre 2002 e 2012, sendo duas delas da indústria de material elétrico e comunicação²⁸. Além disso, na década de 2000, chegaram à região multinacionais de grande e médio porte (a exemplo da Foxconn, da Samsung, e da Dell), onde as mulheres são a maioria do contingente de trabalhadores (chegando a representar mais de 60% em algumas delas e até 90% em outras²⁹). Houve também um aumento da quantidade de médias empresas (que empregavam entre 250 e 499 trabalhadores/as) – de 13 para 32, e de pequenas (que empregavam de 1 a 99 trabalhadores/as), que passaram de 1200 para 1773 entre 2002 e 2012³⁰ – cujo crescimento está relacionado à intensificação dos processos de terceirização, e que também contratam mulheres (Araújo; Ferreira, 2009). Assim, o percentual de mulheres na força de trabalho do setor na região passou de 14,88% para 18,14%, enquanto o percentual masculino baixou de 85,12% para 81,86%³¹. Entretanto, conforme os relatos que recebemos, sobretudo nas grandes empresas de material elétrico-eletrônico (as que mais empregam mulheres), a contratação sofre influência das oscilações da produção e se dá sob formas flexíveis (contratos por tempo determinado, mediados por agências de emprego). Tais formas de contratação, aliadas à falta de uma qualificação técnica certificada por cursos profissionalizantes, implicavam, para as trabalhadoras, maior instabilidade nos empregos e maiores dificuldades no momento da procura de emprego nas empresas do setor. Este é um dos aspectos que influem na vivência do desemprego no feminino.

Os dilemas da feminilidade

Elisa tinha 34 anos e era montadora. Casada há 12 anos, tinha dois filhos homens (o mais velho com 16 anos e o caçula com 11). Não completara o Ensino Médio e não fizera cursos profissionalizantes por conta própria. As fábricas onde trabalhou tampouco lhe ofereceram cursos. Esses fatores limitaram seu acesso a postos com boas condições de trabalho e bons salários durante toda sua trajetória ocupacional, iniciada em 1991. Apesar disso, Elisa começou sua trajetória profissional como auxiliar de produção e, na última empresa, foi promovida a

28 Informações extraídas do banco de dados da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

29 De acordo com informações fornecidas por diretoras do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região.

30 Informações extraídas do banco de dados da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

31 Informações extraídas do banco de dados da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

controladora de produção. Na infância, transitara entre a casa dos avós e a residência dos pais. Em ambas, as mulheres (mãe e avó) não trabalhavam fora e o sustento era garantido pelo trabalho dos homens. No momento da entrevista, afirmou dividir com o marido a chefia do domicílio. Era favorável à divisão das despesas e das tarefas domésticas e as praticava em sua casa, além de educar seus dois filhos para ajudar. Ela justificava sua posição da seguinte maneira: “Se os dois trabalham, os dois vão pra fora trabalhar, porque só um tem que cuidar da casa?”³².

Elisa considerava positivo que as mulheres trabalhassem e tinha a mesma opinião sobre as mulheres que se ocupavam apenas do cuidado dos filhos e da casa – desde que seus maridos pudessem sustentá-las.

A importância do trabalho em sua vida pode ser mais bem dimensionada quando ela fala sobre os períodos anteriores de desemprego. Em 1994, “parou de trabalhar” ao engravidar do primeiro filho e passou um longo tempo fora do mercado de trabalho. Ter o salário do marido como a única fonte de renda trouxe grandes dificuldades para a família:

V: Nas vezes que você ficou desempregada antes, como foi?

Elisa: Eu fiquei desempregada bastante tempo porque eu engravidei e fiquei cuidando do meu filho. [...]

V: E depois que o menino já tava grande, você teve facilidade pra encontrar trabalho?

Elisa: Então... Não. Foi difícil! [...]

V: Foi quando? Crise?

Elisa: Não sei... [...] Em 94 eu engravidei. Foi entre 94 e 2000, 2001...

V: E aí como é que ficou a situação financeira?

Elisa: Ficou ruim! [...] Pagava aluguel... Foi difícil!

V: Então foi mais essa coisa de renda, mesmo?

Elisa: É! E eu ter vontade de trabalhar e não conseguir, entendeu?³³

Para as mulheres casadas e com filhos o salário é um elemento importante para o sustento da família, ainda que haja o salário do homem. Elisa afirmou ter procurado trabalho em vão no final dos anos noventa (uma época de recessão). O marido esteve empregado durante todo o período (segundo Elisa, ele “saía de uma empresa e já entrava em outra”). Quando indaguei se ela já havia sofrido algum constrangimento por estar desempregada, ela se mostrou hesitante:

32 Elisa, controladora de produção, 34 anos, casada. Entrevista concedida em 23/08/2011.

33 Elisa, entrevista concedida em 23/08/2011, grifos nossos.

Elisa: Ah... já

V: Se não quiser falar... mas se puder...

Elisa: Ah... Tipo assim: 'Você não quer trabalhar; você não gosta de trabalhar'.

V: Quem disse isso? Parente, vizinho?

Elisa: Marido!³⁴

Nas falas acima, Elisa procura demonstrar que queria trabalhar e mostrou-se ofendida com a possibilidade de ser vista como uma pessoa que foge do trabalho. A acusação de vadiagem estabeleceu-se como um estigma para a classe trabalhadora, atuando, ao longo do tempo, no Brasil, como mecanismo de disciplinamento da conduta moral de trabalhadoras e, principalmente, de trabalhadores. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e a importância crescente de seus salários para a renda das famílias, as mulheres trabalhadoras passaram também a assumir a postura de se afastar dessa imagem pejorativa, ressaltando seu desejo de trabalhar. No entanto, a pressão social não é tão fortemente exercida sobre a mulher desempregada quanto o é sobre o homem.

De maneira geral, para os metalúrgicos e para as metalúrgicas, a aceitação do afastamento feminino do mercado de trabalho se faz mediante certas condições, a saber, se o marido for capaz de sustentar a família sozinho e/ou se ela assumir o cuidado dos filhos pequenos, algo definido pela normatividade heterossexual como prerrogativa do gênero feminino. Para Elisa e para as demais mulheres entrevistadas “ficar parada” significa abrir mão do trabalho extradoméstico em prol do cuidado da família – uma atitude que a sociedade chancela. Mas o termo “parado/a” também atua, conforme foi discutido por Segnini (2003) e Jardim (2009a), como eufemismo para o desalento (a desistência de procurar emprego após várias tentativas sem sucesso), como subterfúgio para que as mulheres se livrassem de julgamentos morais do seu grupo, e como forma de mostrar a si e aos outros que o período em que estavam sem trabalho não resultara de fatores que elas não podiam controlar (como as decisões das empresas ou os ciclos do mercado de trabalho), mas era fruto de sua escolha.

É importante ressaltar que Elisa enfrentou a cobrança do marido quando seu período de desemprego se prolongou. O desemprego é problemático quando se estende, especialmente para aqueles e aquelas cujas opções de reinserção são restritas. Esse grupo, formado principalmente por mulheres, experimenta, ao longo de sua trajetória laboral, o impacto das já mencionadas barreiras de gênero. Apesar dessas barreiras, o trabalho vem adquirindo uma importância crescente para as mulheres. Ainda que nem todas construam um projeto de carreira profissional, o trabalho é uma importante fonte de renda para a família e pode lhes garantir algum

³⁴ Elisa, entrevista concedida em 23/08/2011.

grau de autonomia em relação aos cônjuges (Holzmann, 1995), ou assegurar seu sustento em caso de separação ou viuvez.

A consolidação da presença feminina no mercado de trabalho, ao longo do século XX, além de várias transformações culturais – as lutas feministas e do movimento popular de mulheres, o advento da pílula anticoncepcional e a diminuição da fecundidade, por exemplo –, vêm forçando o deslocamento dos referenciais de masculinidade e de feminilidade. Assim, a forma hegemônica de masculinidade da classe trabalhadora vem se movendo e, do mesmo modo, o modelo ideal da feminilidade (a feminilidade ressaltada – *emphasized*, representada pela dona de casa) tem deixado de ser o único referencial das experiências de gênero das mulheres no quadro da construção de uma nova hegemonia no campo das relações de gênero. A forma de feminilidade representada pela imagem da mulher trabalhadora paulatinamente tende a substituir o modelo antigo como centro gravitacional da feminilidade. Entretanto, nessa forma ascendente de feminilidade ressaltada, o desejo de trabalhar e o sentimento de responsabilidade pelo sustento financeiro da família coexistem com percepções do mundo e de si largamente influenciadas pela divisão sexual do trabalho e pela normatividade heterossexual. Estas postulam que o cuidado das crianças e da família é uma atribuição feminina. Se a obrigação de trabalhar é o fator que unifica as formas de masculinidade, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo é a referência que ainda dirige as percepções dos homens e das mulheres da classe trabalhadora e da categoria metalúrgica sobre o que é ser mulher.

As falas de Elisa exprimem essa dualidade. Se por um lado ela rejeita o rótulo de mulher que não quer trabalhar, por outro, concebe seu período de desemprego (a “parada”) como uma chance de dispor de tempo para os filhos, ainda que seu desemprego tenha sido penoso para a família. Para ela, o trabalho é importante – para a mulher e para a renda familiar –, mas o cuidado dos filhos pela mãe seria o melhor para as crianças: “Nada como **a mãe cuidar**, né? Criar, com tempo! Mas no mundo que a gente vive não dá, a maioria tem que sair para trabalhar...”³⁵.

Além de conceber o cuidado da família como atributo feminino – algo contraditório com a situação que vivencia em sua casa, onde divide as tarefas domésticas com os homens, Elisa também demonstrou conceber o salário da mulher como complementar ao do homem:

Olha, eu acho, na verdade, que o homem tem que ganhar mais que a mulher. Porque nem sempre... não desperdiçando o que eu disse lá em cima, que os dois têm que ter

35 Elisa, entrevista concedida em 23/08/2011.

as mesmas responsabilidades. Só que às vezes a mulher não trabalha... nem todas as mulheres trabalham. Então acontece que, quando o homem ganha pouco, às vezes não dá pra sustentar a mulher e o filho. [...] o salário de lá (onde trabalhava) para as mulheres era legal. Agora, eu acho que, para homem, não dá.³⁶

Elisa oscila entre o investimento na posição de sujeito da mulher trabalhadora e o apego à ideia de que cabe à mulher o trabalho reprodutivo – característica do ideal da feminilidade ressaltada. Trata-se do efeito do contraste entre o modelo aprendido na casa dos pais e dos avós e a experiência de uma realidade em que o trabalho feminino consolidou sua presença na sociedade e tornou-se um elemento importante no orçamento das famílias trabalhadoras.

A sobrecarga da mulher chefe de família

Lígia tinha 31 anos, era montadora, e concluíra o Ensino Médio. Solteira, mãe de dois filhos, era a chefe de sua família. Veio de uma família monoparental, chefiada pela mãe viúva, enfermeira, no interior do Ceará. Aos 17 anos, após a morte da mãe, veio para Campinas, onde teve seu casal de filhos, sem se casar. Lígia já passara por vários tipos de ocupação, e seus dois últimos empregos foram no setor metalúrgico:

Já fiz de tudo um pouco. [...] o que aparecer a gente faz, né? Eu fui inspetora de qualidade. No último (emprego) era preformadora de componentes. [...] Comecei com 18 anos. Com registro. Trabalhei como cobradora de ônibus. **Já fui tosadora de cachorro; já fui manicure; já fui garçonete** [...].³⁷

Fez alguns cursos profissionalizantes na penúltima metalúrgica em que trabalhou, onde ocupara o cargo de inspetora de qualidade (em sua opinião, o melhor emprego que tivera, porque gostava do que fazia). Favorável à divisão de tarefas, criava o filho homem para colaborar no trabalho doméstico.

Para Lígia, o trabalho era muito importante, não apenas por lhe permitir sustentar sua família, mas por ser um fator de independência: “Eu acho uma boa porque ela (a mulher) tem que ser independente. Mas eu acho que a mulher não deveria estar sozinha, assim, pra manter tudo e ter dupla jornada, que nem eu, né? Porque é muita responsabilidade! A gente acaba deixando de viver o pessoal.”³⁸.

36 Elisa, entrevista concedida em 23/08/2011.

37 Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011, grifos nossos.

38 Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011.

Mesmo não sendo contra as mulheres que se dedicavam exclusivamente ao lar, considerava inaceitável que um homem fosse sustentado pela esposa (ainda que fizesse todas as tarefas domésticas):

V: (o que você acha do) homem que cuida da casa enquanto a mulher trabalha fora?

Lígia: Nossa! Eu acho uma pouca vergonha pro homem!

V: Por quê?

Lígia: Porque sim. Eu acho que os dois têm que trabalhar, né? A não ser que aconteça uma situação assim, que a mulher tá trabalhando e o cara tá desempregado... Aí, sim! Agora, os vagabundos...

V: Mesmo que o cara faça as tarefas de casa?

Lígia: Mesmo assim. Eu não quero!³⁹

Na fala de Lígia, novamente encontramos a associação entre o homem que fica no lar com o vadio, que permaneceu mesmo quando avantei a hipótese desse homem realizar as tarefas domésticas. Na escala de valores da sociedade, o trabalho reprodutivo é um atributo do feminino, sendo, por isso, desvalorizado em detrimento do trabalho extradoméstico, atributo do masculino (Abramo, 2007). Assim, nas falas dos/as entrevistados/as, o trabalho reprodutivo, se realizado pelo homem que não trabalha fora, é equiparado à vadiagem, é vergonhoso e descaracteriza a pessoa pertencente ao gênero masculino.

Enquanto o trabalho extradoméstico era uma fonte de independência na percepção de Lígia, o fato de ela assumir sozinha a chefia da família implicava uma pesada carga de responsabilidades. Por isso, manter-se inserida no mercado de trabalho era, para ela, um imperativo. No entanto, as oportunidades para uma mulher no ramo metalúrgico são limitadas e as qualificações adquiridas nas empresas são pouco valorizadas no mercado de trabalho – mesmo tratando-se de uma mulher que já trabalhara como inspetora de qualidade e fizera cursos pela empresa. Assim, ao apresentar os fatores que a ajudariam a obter um novo emprego, Lígia se refere menos a qualificações técnicas do que às suas características pessoais:

V: o que te ajudou a conseguir trabalho (nas outras vezes em que ficou desempregada)?

Lígia: Disponibilidade de horário e força de vontade!

V: E agora, o que você acha que vai te ajudar pra conseguir emprego?

Lígia: Meu bom desempenho e uma boa preparação profissional.⁴⁰

³⁹ Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011.

⁴⁰ Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011.

As qualificações adquiridas pelas mulheres metalúrgicas, seja através de cursos da empresa, seja do aprendizado na prática de trabalho, dificilmente podem ser utilizadas para a realização de “bicos” relacionados à área metalúrgica (como acontece com alguns homens). Por isso, sobreviver nesses períodos de desemprego significava para Lígia buscar vários tipos de “bico”, quase sempre relacionados a ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas, ditas “femininas”, como fica evidente no trecho da entrevista: “V: Como você fez pra sobreviver (nas outras vezes em que esteve desempregada)? Lígia: Bicos. Tudo, *fia*. Desde faxina, até unha!”⁴¹.

No setor metalúrgico, mesmo com a qualificação que possuía (cursos de inspeção de qualidade e experiência em inspeção e montagem) nem sempre surgiram oportunidades de trabalho. Por isso, Lígia, naquele momento, fazia um curso de montagem de computadores. Acredito que, para poder, em períodos de desemprego, conseguir uma renda maior do que nos tipos de “bico” que realizava normalmente. Os períodos de desemprego eram difíceis para Lígia, pois ela contava apenas consigo para manter a família:

V: Nas últimas vezes que você ficou desempregada, foi difícil ou fácil arrumar outro emprego?

Lígia: Eu não tive tanta dificuldade quanto na última vez, pra entrar na firma K (último emprego). Fiquei 1 ano e 3 meses sem emprego. [...]

V: Como foi essa época?

Lígia: Ah, bastante triste! Minha família, meus filhos... [...] Mais a minha filha (porque o meu filho não entende nada,...) [...] Eu fiquei meio que depressiva, as contas vão acumulando... Você não consegue suprir as necessidades...⁴².

Para Lígia e para as outras mulheres que assumiram para si a tarefa de manter suas residências, o trabalho é essencial e o desemprego – sobretudo quando se prolonga – inicia um período de sacrifícios para suas famílias e de sofrimento psicológico para elas. As barreiras de gênero e as práticas discriminatórias vivenciadas em suas trajetórias trazem a consciência de que suas opções de reinserção no mercado de trabalho – sobretudo no setor metalúrgico – não são muito amplas, o que agrava o sentimento de angústia, pressão psicológica e sofrimento emocional:

V: Quem sofre mais com o desemprego: o homem ou a mulher?

L: Quem sofre? Depende. Depende. Se for pai de família, que mantém uma casa, pra

41 Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011

42 Lígia, entrevista concedida em 25/08/11.

ele é difícil. E se for mulher sozinha, que nem eu, é muito pior! Porque as pessoas têm preconceito com quem é sozinha. Agora, sozinha e desempregada, é pior ainda!⁴³

Entretanto, a relação das trabalhadoras chefes de família com o trabalho tem outro aspecto, mostrado de maneira emblemática pelo relato de Lígia. Através do trabalho, Lígia construiu para si uma imagem de mulher que resolve sozinha seus problemas, como pode ser lido no trecho a seguir. Perguntada se “enfrentou algum tipo de cobrança... De amigo, vizinho, parente...”, Lígia respondeu: “Não, porque eu sou totalmente independente. Então, eu não admito!”⁴⁴.

Para Lígia, o trabalho constituía um meio para a validação de si (Linhart, 2008). Ao investir na posição de sujeito de **trabalhadora chefe de família**, ela construiu uma autoimagem de independência e de autossuficiência. Ela se considerava uma mulher ativa e corajosa por conseguir, através do seu trabalho, cuidar da família sem ajuda de ninguém. Por isso, a ausência de trabalho, mais do que limitar sua inserção na sociedade – como trabalhadora e consumidora –, abala as bases dessa construção. Se o trabalho lhe permitia agir sobre sua realidade (sustentar os filhos sozinha e investir no próprio estudo pagando um curso profissionalizante, por exemplo), o desemprego retirava-lhe o principal elemento que estruturava sua capacidade de agência.

Considerações finais

A demissão é um momento privilegiado para se apreender os processos de subjetivação vivenciados pelos indivíduos. Por marcar o início de um período de desemprego, constitui um “momento de virada” (*turning point*), isto é, uma ocasião em que as pessoas reavaliam toda a sua trajetória anterior de trabalho e de vida, relembram os períodos progressos de desemprego e traçam as estratégias de reinserção no mercado de trabalho. Nesse processo de reflexão, emergem suas percepções subjetivas do mundo – sobre o trabalho, sobre o desemprego, sobre si mesmas, sobre princípios éticos e sobre as relações entre mulheres e homens.

Os relatos dos/as trabalhadores/as entrevistados/as nos mostraram que, ao narrar suas trajetórias, eles e elas reconstruíam seus passos e montavam suas histórias de modo a mostrarem-se como pessoas que controlam suas entradas e saídas do mercado de trabalho, ou seja, percebendo-se como agentes. O desemprego, no entanto, consistia numa situação que fugia ao seu controle, tirando-lhes o papel de protagonistas de suas trajetórias e revelando os limites de sua capacidade

43 Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011.

44 Lígia, entrevista concedida em 25/08/2011.

de ação. Ele era apresentado como uma fase crítica, na qual as percepções dos/as entrevistados/as sobre o próprio trabalho e sobre suas próprias capacidades eram postas em xeque. O desemprego instaurava um conflito nas percepções dos/as trabalhadores/as, representando uma desorganização das suas trajetórias laborais e de vida e demandando uma série de estratégias (fazer “bicos”, prospectar vagas no mercado de trabalho, mobilizar contatos, etc.) para que pudessem encontrar um novo trabalho, se recompoem e restaurarem a dignidade.

A partir dos elementos trazidos pelas falas dos/as trabalhadores/as, foi possível perceber entre eles e elas a influência dos parâmetros definidos pela nova organização do trabalho. Os depoimentos de James e Thiago trouxeram à baila tais percepções, também verbalizadas por grande parte dos entrevistados, cujo elemento principal é a ideia de que as condições de inserção no mercado de trabalho são fruto do esforço individual e de características individuais dos/as trabalhadores/as – ou, melhor dizendo, de seu investimento na própria qualificação. Essas ideias se incorporaram ao repertório de percepções dos/as trabalhadores/as do setor metalúrgico. Percebemos que a ênfase na qualificação individual, assim como a afirmação do próprio empenho e do investimento na formação profissional, constituía uma estratégia subjetiva dos/as trabalhadores/as para lidar com algo incontrolável – as condições de inserção no mercado de trabalho –, proporcionando-lhes uma sensação de controle, repetidamente reafirmada, num momento em que a capacidade de atuar sobre suas condições de vida era tirada de suas mãos.

As entrevistas também nos trouxeram elementos para discutir as transformações recentes nas formas de vivenciar a masculinidade e a feminilidade na categoria. Esse processo é largamente influenciado pela inserção das mulheres no mercado de trabalho – que cresceu ao longo do período 2002-2012 – mas também pelas mudanças nas formas de gestão do trabalho nas empresas.

Os modelos ideais que balizam os comportamentos dos homens e mulheres das classes trabalhadoras brasileiras foram engendrados historicamente através de construções sociais e políticas que incluíam as políticas de regulação do trabalho – e do trabalho feminino –, desenvolvidas a partir da década de 1930, e a difusão de um ideário que ressaltava o seu caráter positivo (em oposição à malandragem). Sedimentou-se, assim, no imaginário dos/as trabalhadores/as, uma ética relativa ao trabalho: ele é visto como uma obrigação moral para os/as trabalhadores/as, que são impelidos/as a trabalhar não apenas pela necessidade de sobrevivência, mas também para evitar juízos valorativos morais de seu círculo de relações. Tais julgamentos atingem principalmente os homens das classes trabalhadoras, pois esse conjunto de políticas e discursos normativos reforça um modelo ideal de trabalhador provedor da família – juntamente com a imagem ideal da mulher responsável por excelência

pelo trabalho reprodutivo. Este padrão hegemônico de masculinidade das classes trabalhadoras (o trabalhador provedor) e o padrão ressaltado de feminilidade (a mulher cuidadora) penetraram e se enraizaram nas concepções de mundo de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Entretanto, a crescente presença feminina no trabalho assalariado e as lutas das mulheres por seus direitos repercutiram nas classes trabalhadoras e abriram brechas para o questionamento desses padrões normativos. Assim, o modelo representado pela mulher dona de casa tem paulatinamente aberto espaço para outro modelo, o da mulher trabalhadora. Por outro lado, o centro hegemônico da masculinidade construída entre os trabalhadores brasileiros vem se deslocando, o que tem ampliado o leque de formas de vivenciar a masculinidade. A masculinidade hegemônica, representada pelo trabalhador provedor, vem perdendo espaço, inclusive entre os metalúrgicos de Campinas (uma categoria constituída por uma maioria de homens), e vários deles têm investido numa posição de sujeito mais flexível – a do homem trabalhador.

Os elementos dos padrões de normatividade de gênero mais arraigados se manifestaram entre os metalúrgicos e as metalúrgicas de Campinas quando eles e elas se referiram ao trabalho reprodutivo. Ambos compartilham a ideia de que o cuidado infantil na primeira infância é responsabilidade da mulher, o que torna legítimo seu afastamento do mercado de trabalho em prol da família. Já a hipótese de um homem se dedicar exclusivamente ao trabalho reprodutivo era nitidamente associada à vadiagem masculina e reprovada por quase todos/as entrevistados/as. Nos momentos em que eles e elas se referiram aos períodos em que ficaram ausentes do mercado de trabalho, tais elementos também emergiram. Observamos que os homens – e também as mulheres chefes de família – afirmavam reiteradamente que nunca ficam ou que não conseguem ficar “parados”⁴⁵ e que, em períodos de desemprego, pegavam “qualquer trabalho”, o que significa para o/a trabalhador/a afirmar o seu protagonismo em retomar o controle sobre sua trajetória de vida quando a empresa lhe tira o emprego. Por outro lado, para as mulheres casadas, se referir ao período em que ficaram fora do mercado de trabalho formal como períodos de “parada” é uma forma de mascarar o desalento (a desistência de encontrar uma nova ocupação). Mas é também uma maneira de afirmar sua capacidade de agir e controlar ativamente sua inserção no mercado de trabalho. Cabe observar que a mesma expressão – “estar parado/a” adquire conotações diferentes para homens – vagabundagem ou passividade –, e para mulheres – fruto de uma escolha que é socialmente legitimada, principalmente nas ocasiões em que o “parar” tem como motivação a dedicação ao trabalho reprodutivo.

45 Além disso, ficar parado significava ficar em casa e responsabilizar-se pelo trabalho reprodutivo. Este, como salientou Segnini (2003), é contínuo e sem fim. Em suas falas, alguns trabalhadores demonstraram perceber as tarefas domésticas como monótonas e cansativas.

O investimento na posição de sujeito identificada com o modelo normativo rígido – o modelo hegemônico do trabalhador provedor – implica, para o homem, concentrar sobre si uma pesada carga de responsabilidades relacionadas à manutenção da família. Já o trabalhador que demonstrava afastar-se deste modelo e identificar-se com uma forma mais flexível de masculinidade – o homem trabalhador (aquele que divide despesas com a companheira e, em princípio, pode colaborar com as tarefas domésticas) – estaria menos sujeito a essas pressões. Tais posturas são fruto de trajetórias pessoais nas quais o peso dos padrões normativos arraigados – muitas vezes vivenciados no âmbito de suas famílias – foi confrontado com a convivência com a presença feminina nos ambientes escolares e fabris. Contudo, enquanto homem da classe trabalhadora, ele tinha a obrigação moral de trabalhar, isto é, de estar inserido seja no mercado de trabalho formal, seja no informal.

As configurações atuais das relações de gênero, por outro lado, coadunam com as novas formas de organização do trabalho e com a ideia da qualificação como condição para a inserção no mercado de trabalho. O atual modelo de relações de trabalho exige dos/as trabalhadores/as disponibilidade total para atender às necessidades das empresas – o que significa não apenas trabalhar, mas utilizar seu tempo livre investindo individualmente na própria formação. A noção da mulher como força de trabalho secundária e responsável pelo cuidado infantil facilita aos homens dedicar-se ao trabalho, mais do que à família. Assim, este homem trabalhador (forma de masculinidade que tende a tornar-se hegemônica na categoria) que afirmava reiteradamente seu esforço em qualificar-se para o trabalho, podia fazê-lo graças à existência de mulheres que assumiam as responsabilidades do trabalho no lar e do cuidado infantil, liberando o tempo dos homens para o estudo.

As mulheres, por sua vez, arcam com os ônus decorrentes de serem consideradas responsáveis exclusivas pelo trabalho reprodutivo (e, portanto, não totalmente disponíveis para as empresas). No setor metalúrgico campineiro, isto tem significado o reforço da seletividade do mercado de trabalho, a destinação às mulheres de formas flexíveis de contratação, sua sujeição a maiores taxas de rotatividade e de desemprego, além de maiores dificuldades em encontrar nova ocupação no momento do desemprego.

Referências

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 327f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>>. Acesso em: 26 set. 2014.

- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Terceirização e relações de gênero. In: DAU, Denise Mota; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jeferson José da. (org.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho**. São Paulo: Annablume / CUT, 2009. p. 129-147.
- ARAÚJO, Clara Maria; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV / Faperj, 2005. p. 15-77.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, Robert. **Masculinities**. Knowledge, Power and Social Change. Los Angeles / Berkeley: University of California Press, 1995.
- CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, dec. 2005.
- DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 set. 2014.
- DEMAZIERE, Didier. **Sociologie du chômage**. Paris: La Decouverte, 1995. GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Desemprego: uma construção social**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GROSSI, Miriam Pilar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2004. (Série Antropologia em primeira mão, 75).
- HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas internacionais. **Cadernos de crítica feminista**, SOS-Corpo, Instituto feminista para a democracia, Recife, ano III, n. 2, 2009, p. 44-77.
- _____. Reestruturação produtiva e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, ano 4, n. 7, 1998.
- HOLZMANN; Lorena Admitimos mulheres para trabalhos leves. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 349-361, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16445>>. Acesso em: 26 set. 2014.
- JARDIM, Fabiana Augusta Alves. **Entre o desalento e a invenção**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2009a.
- _____. **Do desempregado ao desemprego: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009b.
- JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 2, 2009, p. 147-170. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>>. Acesso em: 12 maio 2014.

LINHART, Daniëlle. Introduction: Que fait le travail aux salariés? Que font les salariés du travail? Point de vue sociologique sur la subjectivité au travail. In: _____. (org.). **Pourquoi travaillons-nous?** Paris: Érès, 2008. p. 7-33

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, 2008, p 809-840. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9918>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, 2000, p.13-44.

PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras: a presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERTICARRARI, Daniel. **Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração**. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

POCHMANN, Márcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009, p. 41-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar**. Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Mulheres, mães e desempregadas. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. Org. Marilane Teixeira, Miriam Nobre, Tatau Godinho. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 31-54. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

SILVA, Marineide Maria. **O mosaico do desemprego: um estudo sobre vivências na ausência do emprego**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Campinas, Campinas, 2007.

SOUZA, Márcio F. de. Transição de valores e a perspectiva sobre o “novo homem”. In: SOUZA, Márcio F. de (org.). **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. p. 239-265.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Recebido em 02/09/2014

Aprovado em 22/09/2014